

RELATÓRIO DE VIAGEM

Período : 21 a 25.10.85  
Município : Bertópolis - MG  
Local : Reserva Indígena Maxacali  
Área Total : 3.133 ha  
Posto Água Boa : 2.085ha  
Área Parcial :  
Posto Pradinho : 1.048ha  
Microregião : Pastoril de Nanuque  
Objetivo : Levantamento de Tensão Social

CONTATOS MANTIDOS

- . Delegacia regional da Funai
- . Índios das aldeias de água boa
- . Índios das aldeias do pradinho
- . proprietários localizados na área demarcada.
- . comandante do destacamento policial de Bertópolis-MG.

HISTÓRICO

Dia 22.10: A primeira fase caracterizou-se por uma reunião realizada na delegacia regional da Funai, situada em Governador Valadares, contando com as presenças dos seguintes representantes: Sivaldo Barbosa Moreira - delegado substituto; José Silveira - funcionário; Francisval de Oliveira Lobo - engenheiro agrônomo e Jorge Quirino Araújo Campos, todos da Funai, sendo'

que este último desempenha atividades de antropólogo.

Depois de estarem devidamente informados sobre o objetivo da visita, o delegado substituto colocou a nossa disposição fotocópias de publicações, bem como de documentos que dizem respeito a situação reinante na reserva dos maxacali. Convidado a falar, o Sr. José Silveira (Juquinha), funcionário da Funai que trabalhou na reserva durante 35 (trinta e cinco) anos, prestou-nos algumas informações: disse que a área referente a parte denominada água boa foi medida em 1942 e possuía naquela época em torno de 2.000 ha, (dois mil hectares), sendo que oportunamente foram incorporados mais 400 (quatrocentos hectares); citou o fato de algumas áreas dentro da reserva serem pleiteadas por Fazendeiros das adjacências, por constituírem aquelas, terras de alta fertilidade; falou sobre os usos e costumes dos índios maxacali, destacando suas atividades na agricultura e no artesanato. Entretanto, o ponto mais importante colocado pelo Sr. José Silveira, e confirmado pelos demais presentes, diz respeito a uma reivindicação dos silvícolas, que pode ser resumida no seguinte: as glebas "água boa" e "pradinho", estão separadas por uma faixa de terra onde foram titulados vários fazendeiros pela Ruralminas, desta forma, causando uma interseção na área da reserva e dividindo territorialmente os integrantes da tribo. Por não concordarem com essa situação de terem encravadas em suas terras várias fazendas, e sobretudo porque consideram essa parte da reserva como lugar sagrado, já que segundo dizem, eram ali sepultados seus mortos, querem a unificação das áreas com a consequente saída dos ocupantes.

Dia 23.10.85: Chegada à reserva. Depois de termos pernoitados no município de machacalis, seguimos em direção à área indígena, acompanhados pelo chefe do posto de água boa, Sr. José Francisco Pereira Batista. Chegando ao local onde encontram-se as instalações da Funai, dirigimo-nos até à residência do responsável, onde fizemos detalhada exposição sobre nossos trabalhos. Solicitamos ao Sr. Francisco, que fizesse um relato da situação da reserva, focalizando os principais problemas, assim como as reivindicações que os índios estão fazendo. Aquele chefe situou como questão mais conflitante, o fato de existirem algumas fazendas (áreas tituladas pela Ruralminas), entre os dois postos, água boa e pradinho, dividindo-os dessa forma e interseccionando a área da reserva. Como reivindicação, segundo o mes

mo informante, os Índios que não concordam com essa divisão e estão convencidos que toda a área lhes pertencem, querem a unificação da mesma.

No momento que conversávamos com o Sr. Francisco, aproximaram alguns índios interessados no assunto, tendo também participado desse contato. Dentre eles destacou-se o índio, José Pirão, que pela sua facilidade de comunicação, acabou por assumir papel importante no fornecimento de informações. O índio José fala o português com fluência, e sempre que feitas indagações por nós, discutia a pergunta com seus iguais na língua maxacali e apresentava a resposta em nosso idioma. Basicamente, confirmou as colocações do chefe do posto e denunciou o fato de um confrontante da reserva, estar invadindo com o tapume a demarcação da mesma.

Finalizado esse primeiro momento, fomos visitar as benfeitorias existentes no posto. Além da casa de residência do Sr. Francisco, existem as seguintes: um imóvel onde residem funcionários da Funai, sendo os mesmos, um artífice e dois trabalhadores braçais; o prédio do escritório, onde se encontra instalado um rádio para serviços de comunicação; uma construção denominada de casa de trânsito, própria para acomodar interessados a qualquer título na situação dos índios; um prédio, antiga sede do posto, que agora acha-se desativado; e um último imóvel, possuindo dependências para armazenamento de produção, cantina e maquinário para fabricação de farinha de mandioca.

A fim de que pudéssemos manter um contato mais de perto e com o maior número possível, expondo nosso objetivo e procurando atentar para as informações, solicitamos ao chefe do posto, que convidasse os silvícolas para uma reunião na tarde do mesmo dia 23.10. Isso foi feito e contamos com um número bastante significativo dos maxacali. Nessa reunião procuramos fazer com que os índios ficassem à vontade para dizer sobre seus problemas e o que deveria ser feito para solucioná-los. Em nome da maioria falou o índio tim-tim. Primeiramente, disse que estão sendo constantemente acusados pelo furto e matança de gado das fazendas, segundo os índios, situadas em suas terras. Para os mesmos, essas atitudes são praticadas pelos civilizados que os colocam a culpa. De acordo com o índio tim-tim, os maxacali quando vão caçar ou pescar na área das fazendas, que entendem como sendo suas terras, são atacados por cachorros e empregados dos

fazendeiros, que usam armas de fogo para espantá-los. Também, afirmou que se as autoridades competentes não tomarem uma providência para solução dos problemas, vão matar o gado das fazendas para compensar as pastagens que eles estão comendo em suas terras. Entendem os índios que tudo se resolverá quando puderem ter o domínio da área demarcada, sem ter que disputar suas próprias terras com o homem branco.

Dia 24.10.85: Nesse dia deslocamos em direção à área indígena denominada pradinho. No percurso, passando por dentro da reserva e separando um posto do outro através de estrada para automóvel, com uma extensão de 12 (doze quilômetros), passamos pela aldeia do Sr. Júlio. Estávamos acompanhados do enfermeiro Carlos, que ia aplicar medicamentos em criança acometida de catapora na aldeia visitada. Na oportunidade, enquanto aguardávamos a assistência do enfermeiro, aproveitamos para conversar com o Sr. Júlio, cacique dessa aldeia. Esse índio, com quem já havíamos reunido anteriormente, nos fez várias colocações, dentre elas, a de que em anos passados existia uma convivência pacífica entre índios e fazendeiros, evidenciando um clima de amizade sem que houvesse nenhum conflito. No entendimento do Sr. Júlio, todas aquelas terras pertencem aos índios e se alguém tiver que deixá-las não serão eles, e sim os fazendeiros que chegaram depois, vindo de fora e até de outros Estados para ocuparem as terras dos silvícolas. Prosseguindo a caminhada, chegamos as aldeias do pradinho.

No posto indígena do Pradinho, entramos em contato com o Sr. Nazareno, responsável por essa parte da reserva. Também para aquele chefe expusemos o nosso objetivo. Em seguida mostrou-nos as instalações constantes desse posto, compondo-se de casa residência; escritório; escola; farmácia; cantina e casa de trânsito. Como no posto anterior, no pradinho marcamos reunião com os índios, só que usando de procedimento diferente. Dessa vez, tendo em vista o fato de existirem apenas duas aldeias, apesar do número de índios ser maior, cerca de 300 (trezentos) maxacali, achamos por bem dirigirmos diretamente às aldeias.

Primeiramente, visitamos a aldeia dos "chatapãs" onde conversamos com os oborígenes, pedindo que nos contassem os problemas da reserva e esclarecessem suas reivindicações. Os líderes da comunidade tomaram a palavra e disseram que os fazendeiros não querem permitir o trânsito dos maxacali passando pelas fazendas, de uma parte da reserva a outra. Proibem também que os ín-

dios pesquem no rio que extrema as fazendas da área demarcada para a reserva, sendo que quando insistem, são repelidos por capatazes e outras pessoas contratadas, usando armas de fogo.

Quanto a possível solução, os silvícolas querem que as fazendas sejam eliminadas da área e que possa haver a unificção da mesma. Finalizada essa visita, seguimos para a aldeia pradinho, onde repetimos o comportamento anterior. Praticamente, nada modificou, coincidindo com o pensamento dos demais integrantes da reserva.

Dia 25.10.85: Esse dia foi reservado para uma reunião com os fazendeiros diretamente envolvidos na questão, sendo de ressaltar que os imóveis divisores da área indígena foram titulados pela Ruralminas. Nem todos os proprietários interessados estiveram presentes, pois, alguns residem fora da área e até mesmo em municípios mais distantes. Sendo assim, participaram do encontro que se realizou na fazenda baixa verde, os Srs.: Severiano Pereira Sena, proprietário da fazenda citada; Laurindo Pereira Sena; Antônio Pereira Sena e o Sr. Cabral.

Depois de cientificados sobre o propósito de nossa visita, iniciaram-se as manifestações daqueles proprietários titulados na área demarcada dos maxacali, tendo também a participação de outros, já na condição de confinantes da reserva, como é o caso do acima referido, Sr. Cabral.

Conforme declararam expressamente os ocupantes, os mesmos são legítimos proprietários das terras que possuem, uma vez que foram titulados pela Ruralminas e trazem consigo documento comprobatório registrado em Cartório de Registro de Imóveis. Também afirmam, terem alguns, morada habitual e já virem exercendo a atividade agropecuária por muitos anos.

Para os fazendeiros, tanto localizados na faixa central da reserva, quanto os confinantes, se existem prejudicados são eles, pois, sofrem continuamente depredações em seus patrimônios, ocasionadas pelas investidas por parte dos índios. Acrescentam que as atitudes destruidoras envolvem, além do comportamento criminoso que é a matança e furto do gado, outras barbaridades, como a destruição de cercas e apropriação da matéria utilizada. Aham os ocupantes brancos que em grande parte, a rebeldia dos silvícolas deve-se principalmente ao fato do uso de bebidas alcoólicas, que apesar de ser expressamente proibida a

entrada na reserva, a Funai não consegue fiscalizar.

No que se refere ao encaminhamento do problema com a conseqüente busca da solução, os proprietários envolvidos disseram da realização de gestões junto ao Ministério do Interior, oportunidade em que foram apresentadas sugestões, sem entretanto ser adotada até o momento nenhuma providência. Ao que se pôde informar sobre as propostas dos produtores, estes, em conjunto ou separadamente, doariam algumas cabeças de gado para os índios, proporcionando a formação de um rebanho e alugariam parte das pastagens existentes na reserva. Entendem os proponentes que desta forma se resolveria a situação de miséria existente, e os maxacali conviver-se-iam pacificamente com os civilizados. Quanto a sugestão solicitada por nós, disseram que estão dispostos a sentarem juntos, a fim de debater e encontrar a saída mais racional para o problema.

Finalizados os trabalhos no perímetro da reserva, partimos em direção à sede do município de Bertópolis, a fim de mantermos audiências com as autoridades locais. Infelizmente, aquelas que mais interessava<sup>f</sup> para o caso não foram encontradas na cidade, como o Sr. Jair Hêlio da Silva - prefeito municipal, e o Dr. Ormino Rodrigues de Souza - delegado especial. Contudo, conseguimos falar com o comandante do destacamento - 3º sargento, Rui Antônio da Silva, que declarou ser de fato bastante crítica a situação na reserva. Também informou o militar, que o destacamento pelo qual é responsável, apesar de não dispor de uma infra-estrutura necessária, já que nem viaturas suficientes possui, tem atendido algumas ocorrências na área indígena.

C O N C L U S Ã O

A importância da análise dos problemas sociais é fato indiscutível. Como organismo vivo que é, a sociedade está sempre passando por transformações, sendo que muitas vezes as mudanças ocorridas obedecem a um ritmo tão acelerado que não encontram uma estrutura adequada para se adaptarem aos novos tempos. Também, oscilando com o dinamismo social deve estar o poder político, pois, se o Estado se justifica em função do interesse comum, então, não poderá faltar com as medidas necessárias à paz e a ordem social. Isto significa que a orientação de governo, deverá corresponder com o quadro social estampado no espaço e tempo de vida de seus governados.

Infelizmente, não raro acontece o Programa de Governo deixar de representar os legítimos interesses de seu povo. Em muitas das vezes, mesmo sendo a atitude unilateral bem intencionada, costuma não atingir o resultado esperado e nesses casos, como o povo não participou da ação, não existem justificativas plausíveis para assumir as consequências.

Nos dias atuais o povo brasileiro experimenta um novo período político-administrativo, com o surgimento da chamada Nova República. E só justificar-se-á o adjetivo de inovadora, se em seu bojo trouxer uma redefinição de comportamentos e metas a serem atingidas, tendo como finalidade precípua corrigir distorções que maculam e humilham a história de uma nação. E dentre os graves problemas enfrentados neste País, um é sem dúvida o da distribuição fundiária.

Tendo em conta os anseios da grande maioria e preocupado com questão extremamente vinculada a sorte do Estado Brasileiro, o governo atual procurou destacar como alvo a ser atingido, a realização da justiça na redistribuição da proprieda-

de territorial rural. Para tanto, colocou em discussão entre todos os seguimentos sociais, um Plano Nacional de Reforma Agrária, o qual, depois de receber sugestões diversas, foi finalmente aprovado, entrando em vigência em 10.10.85, por decreto Presidencial.

Evidentemente, que a proposta governamental e atualmente compartilhada pela comunidade brasileira, para que seja ampla, geral e irrestrita, deveria se preocupar com todas as modalidades de uso e posse da propriedade territorial rural. E dentre estas, a destinação da terra para a formação das reservas indígenas, mereceram lugar de destaque no contexto do Plano.

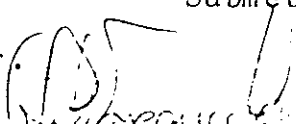
Estabelecidas as considerações supra, passaremos ao objeto deste trabalho.

Depreende-se do relato que antecede a estes artigos de conclusão, uma situação conflitiva na área indígena maxacali, originada pela presença de algumas propriedades tituladas no interior do perímetro demarcado. Entendemos tratar-se de uma situação anômala, pois, não se conforma o senso lógico de que uma área determinada legalmente para abrigar integrantes de uma mesma tribo, deva ser descontínua. Ademais, quando não existe a possibilidade dos silvícolas terem trânsito livre de um lado a outro, o problema tende a agravar-se, conforme vem ocorrendo.

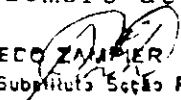
Considerando a questão em seus múltiplos aspectos, não nos resta outra alternativa que não seja sugerir a desapropriação das parcelas tituladas.

Para que se possa concretizar se for acolhida a proposição supra, achamos conveniente inserir a microregião pastoreil de Nanuque, como sendo área prioritária, no Plano Regional, e por conseguinte eleger o município de Bertópolis, como área de ação, para fins de Reforma Agrária.

Submetemos o presente trabalho à consideração superior.

  
Luis Antonio O. Vasconcelos  
PROCURADOR  
INCRA-DR. 06/J

Belo Horizonte, de dezembro de 1.985.

  
ALFREDO ZAMPER LACERDA  
Chefe Substituto Seção Fiscalização  
INCRA/MG





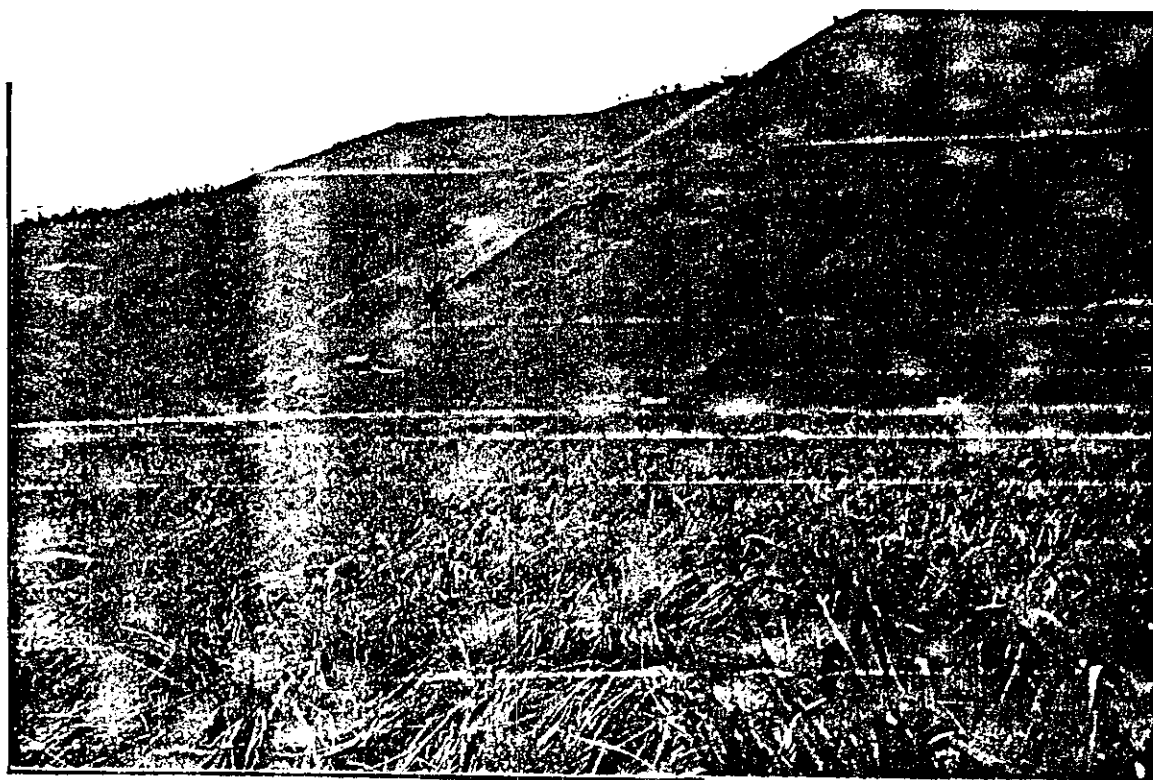
01 - Marco geodésico em uma das divisas  
Posto água boa



02 - Instalações da Funai - Posto água boa



03 - Reunião com os índios do posto água boa



04 - Plantação de feijão - posto água boa



05 -- Vista da aldeia do índio Mikael - posto água boa



06 - Vista da Escola Municipal - posto água boa